



**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2021**

**PROCESSO Nº 163/2021**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Fone(s)/Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Contato: \_\_\_\_\_

Celular (es) contato: \_\_\_\_\_

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**Obs: Preenchimento com “letra de forma”**

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S<sup>a</sup> preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Salgueiro, através do e-mail [licitacao@salgueiro.pe.gov.br](mailto:licitacao@salgueiro.pe.gov.br)

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2021**

**MUNICÍPIO DE SALGUEIRO/PE, (Prefeitura Municipal)**, através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 688/2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por item, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **30 de Setembro de 2021.**

Horário de abertura do recebimento das propostas: **a partir das 08h00min do dia 17 de Setembro de 2021.**

Horário de encerramento do recebimento das propostas: **às 08h00min do dia 30 de Setembro de 2021.**

Horário de abertura da disputa: **às 09h00min do dia 30 de Setembro de 2021.**

Tempo da disputa: **Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.**

Endereço eletrônico para formalização de consulta: [licitacao@salgueiro.pe.gov.br](mailto:licitacao@salgueiro.pe.gov.br)

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto desta licitação é o **Registro de Preço** para eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para atender a demanda da Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Gabinete, Secretaria de Cultura e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme especificações no Termo de Referência deste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será de por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação de forma unitária, sendo o valor máximo aceitável para esta aquisição R\$ 1.749.919,11 (um milhão setecentos e quarenta e nove mil novecentos e dezenove reais e onze centavos).

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. **Os itens desta licitação estão reservados á participação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação da LC nº 147/2014, tendo apenas os itens 10,11,14,15,16,25 abertos a participação e quaisquer empresas.**

1.5. Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

**I - Termo de Referência;**

**II - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;**

**III - Declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno**



Porte;

IV - Modelo de Proposta de Preços;

V - Minuta do Contrato;

VI - Minuta da Ata de registro de Preços;

## **2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Salgueiro;

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

### **2.2.1. Diversas Secretarias da Administração Municipal;**

2.3. Poderá utilizar-se do presente contrato, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras e na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

2.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

**3.2.1.1. As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.**

3.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.2.2. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.3. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

3.2.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.6. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.7. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

3.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## **4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

4.2. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

4.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.4. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras;

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (ANEXO II); e,

c) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade



com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras,

4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo III para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

#### **4.6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

4.6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### **4.7. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:**

4.7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.4 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

4.7.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.7.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.7.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.7.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **5. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do



- sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;
- 5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme se verdadeiras suas proposta se lances.
- 5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- Valor global estimado do objeto;
  - Descrição do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo e as especificações dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços.
  - Até o horário previsto para o encaminhamento da Proposta de Preços, deverá o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem proceder qualquer tipo de identificação, enviar em anexo no sistema, sua proposta, com todas as especificações constantes no termo de referência, além de valores unitários e valores totais.
- 5.6. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, deverá conter:
- Preço total do item, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
  - No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, TRANSPORTE, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
  - Prazo da execução do serviço, quando for o caso, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.
  - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.
- 5.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 5.8. Erros de natureza formal ou material, assim considerados as falhas presentes na proposta de preços que não impeçam a caracterização da oferta apresentada pelo licitante e sua adequação ao objeto desta licitação, não ensejarão a desclassificação.
- 5.9. Indicação de marca dos produtos ofertados, às quais ficarão vinculadas as propostas.**

## **6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 6.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a sessão de disputa, não serão admitidas solicitações de desclassificação de proposta.

## **7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 7.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- 7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.
- 7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance



registrado, vedada a identificação do licitante.

7.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,05(cinco centavos)**.

**Explicação: Adotado o modo de disputa aberto e fechado, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é facultativo, conforme Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.**

*O subitem acima poderá ser acrescentado para incluir intervalo mínimo de valor (em moeda corrente) ou de percentuais entre os lances, que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013, e do art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.*

7.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.9. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.12. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.13. O sistema identificará os preços ofertados pelas ME/EPP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

7.14. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.15. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

7.16. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

7.17. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.18. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.19.1. Produzidos no País;

7.19.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;



- 7.19.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 7.19.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.
- 7.20. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.
- 8.3. O Pregoeiro poderá solicitar em “chat” ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar à CPL, caso seja solicitado, 01 (uma) amostra para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais deverão ser submetidas às análises necessárias, imediatamente após a fase de homologação.
- 8.5. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.
- 8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9. Nessa situação, O Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.10. No julgamento das propostas, O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 9.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.3. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.
- 9.4. Os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
- 9.5. Para a habilitação, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta os documentos de habilitação a seguir relacionados exclusivamente para o sistema BNC, na aba específica, após o cadastramento da proposta inicial (**art. 25 e 26 do DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**):

### **9.5.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**



a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;**

b1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

d) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

e) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

9.5.1.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

#### **9.5.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Prova de **inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

9.5.2.1. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

9.5.2.2. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e art. 4º §1º do Decreto Federal nº 8.538/2015. **Considera-se restrição, ensejando a aplicação do § 1º, do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 126/2006, a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal e trabalhista, pelo Pregoeiro, na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.**

#### **9.5.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

a.1) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da





empresa licitante. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantadas, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados;

3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES NACIONAL" e Decreto 8.538/2015:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

4) Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**a.2)** A licitante deverá apresentar **memorial de cálculo**, com base no Balanço do último exercício social, comprovando a boa situação financeira da empresa, de acordo com os seguintes índices:

a) Liquidez Corrente	LC =	$\frac{AC}{PC}$
b) Liquidez Geral	LG =	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$
c) Solvência Geral	SG =	$\frac{AT}{PC+ELP}$

AC – Ativo Circulante

RLP – Realizável a Longo Prazo

PL – Patrimônio Líquido

ET – Exigível Total

PC – Passivo Circulante

ELP – Exigível a Longo Prazo

AT - Ativo Total

**a.3)** A licitante que apresentar resultado **menor do que 1,00 (um)**, em qualquer um dos índices acima referidos deverá comprovar o **Patrimônio Líquido** correspondente à pelo menos **10% (dez por cento)** do valor do total do serviço. A licitante que não apresentar o memorial de cálculo dos índices, a comissão se reserva o direito de calcular.

**a.4)** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

**a.5)** Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, só será aceito mediante recibo de entrega emitido pelo Sistema, de acordo com o Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016.



b) Certidão negativa de falência, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;

**b.1) As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.**

#### **9.5.4. Relativos à Qualificação Técnica**

a) Atestado (s) técnico (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor, que comprove (m) ter a empresa licitante fornecido, de maneira satisfatória e a contento ou vulto similar com o objeto da presente licitação.

#### **9.5.5. Documentos Complementares:**

a) **Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.**

9.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7. No julgamento da habilitação, A Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**9.7.1. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante legal da licitante e envio mediante sistema eletrônico;**

**9.7.2.** Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado à Pregoeira ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

**9.7.3 Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.**

9.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação ou mediante diligência deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

9.8.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

9.9. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.12. A declaração do vencedor de que trata o subitem anterior acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.



9.13. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.14. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada diretamente no sistema, na aba documentos complementares pós-disputa, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.**

**10.2. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.**

10.3. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.

10.4. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso. 10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, **no prazo de 15 (quinze) minutos** de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, havendo quem se manifeste, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

11.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

11.5. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**



13.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura do contrato, a qual, após, cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

13.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após, feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Contrato.

13.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia do Contrato aos órgãos participantes, se houver.

#### **14. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**

14.1. A alteração do contrato e o cancelamento do registro do fornecedor deverão ser feitas junto ao Departamento de Assessoria Jurídica.

#### **15. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES E PRAZO DE VIGÊNCIA**

15.1. O Contrato e/ou ata de registro de preço terão vigência de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

15.2. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666.

15.3. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

15.4. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado no sistema para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

15.5. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

15.6. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.7. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.8. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

15.9. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

15.10. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.11. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

15.12. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 31 de dezembro, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, e na minuta do instrumento de Contrato.

#### **17. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.



## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

18.2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

18.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

18.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do produto.

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**18.8. O produto resultante de 1% (um por cento) sobre todos os valores e pagamentos realizados pelo Município de Salgueiro, relativos ao fornecimento de bens, serviços e contratação de obras serão creditados, automaticamente, no FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS, conforme lei Municipal n.º 2.024/2017, na forma de sua regulamentação.**

## **19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente processo, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

	<b>ÓRGÃOS PARTICIPANTES</b>	<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
1	Secretaria de Administração	Órgão: 04 Unid: 01- Proj. Ativ: 1110 Elemento: 44.90.52
2	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	Órgão: 03 Unid: 01 Proj. Ativ: 1900 Elemento: 44.90.52
3	Secretaria de Cultura e Esportes	Órgão: 07- Unid: 01 Proj. Ativ: 1220 Elemento: 44.90.52
4	Secretaria de Obras	Órgão: 12 Unid: 01- Proj. Ativ: 1152 Elemento: 44.90.52
5	Secretaria de Serviços Públicos	Órgão: 01- Unid: 01- Proj. Ativ: 1520 Elemento: 44.90.52
6	Secretaria de Finanças	Órgão: 05- Unid: 03- Proj. Ativ: 1552 Elemento: 44.90.52
7	Secretaria de Desenvolvimento Rural	Órgão: 10 Unid: 01 Proj. Ativ: 2026 Elemento: 44.90.52
8	Secretaria de Desenvolvimento Econômico ciência e Tecnologia	Órgão: 11 Unid: 01 Proj. Ativ: 1300 Elemento: 44.90.52
9	Secretaria de Educação	Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1162 Elemento: 44.90.52
		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 0116 Elemento: 44.90.52



		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1200 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1245 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1166 Elemento: 44.90.52	
10	Secretaria de Desenvolvimento Social	Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1161 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1125 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1244 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1121 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1122 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1275 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1141 Elemento: 44.90.52	
11	Secretaria de Saúde	Projeto/Atividade: 1180 Elemento: 4.4.90.52.00 Fonte: 1211	Projeto/Atividade: 1178 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1211
		Projeto/Atividade: 1180 Elemento: 4.4.90.52.00 Fonte: 1215	Projeto/Atividade: 1178 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215
		Projeto/Atividade: 1210 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1211	Projeto/Atividade: 0174 Elemento: 449052 Fonte: 1211
		Projeto/Atividade: 1210 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215	Projeto/Atividade: 0174 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215
		Projeto/Atividade: 1176 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1211	Projeto/Atividade: 0190 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1211
		Projeto/Atividade: 1176 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215	Projeto/Atividade: 0190 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215

## **20. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- 20.1.1. Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade;
- 20.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 20.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;



- 20.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. Fizer declaração falsa;
- 20.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 20.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - b) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
- 20.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1. Até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
  - 21.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- 21.2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 21.4. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 21.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
  - 21.6.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 21.7. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 21.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.11. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser



sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

21.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.13. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

21.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

21.15. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **12** horas.

21.16. O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail [licitacao@salgueiro.pe.gov.br](mailto:licitacao@salgueiro.pe.gov.br), que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

21.17. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **12** horas.

21.18. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

21.19. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

21.20. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

Salgueiro/PE, 15 de setembro de 2021.

**Jéssica Aline da Silva**  
Pregoeira

***Este edital foi revisado pela Assessoria Jurídica do Município conforme preceitua o Art. 38, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.***

***Assessor jurídico***





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1.OBJETO

**REGISTRO DE PREÇO** para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para atender a demanda da Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Gabinete, Secretaria de Cultura e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste documento e seus Anexos.

### 2. JUSTIFICATIVA

A aquisição dos equipamentos e materiais permanentes visa possíveis substituições de equipamentos e móveis que estão em defasagem ou em falta, garantindo o bom funcionamento das secretarias envolvidas no processo, dando apoio material para o bom desempenho das atividades administrativas e melhor atender a coletividade.

Considerando o princípio da continuidade dos serviços públicos, suprimindo as necessidades imediatas de todos os setores que utilizem os serviços.

### 3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Contatar a Secretaria solicitante, conforme informações na ordem ou pelo endereço eletrônico: **[compras@salgueiro.pe.gov.br](mailto:compras@salgueiro.pe.gov.br)**, para agendar a entrega dos produtos ou para sanar dúvidas;

3.2 Entregar os itens licitados em dias úteis, no horário de 08h às 13h horas, **em endereço informado na Ordem de Fornecimento;**

3.3 Efetuar a entrega, nas quantidades exatas contidas na Ordem de Fornecimento, em até 10 dias úteis após emissão da O.F;

3.4 Entregar os itens conformes às especificações contidas na Ata de Registro de preço e Ordem de Fornecimento, caso haja divergências a empresa é responsável por a substituição;

3.5 Responsabilizar-se pelos custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para entrega ou devolução do material.

3.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.

3.7 Manter, durante o período de vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste pregão;

3.8 Fornecer a contratante, sempre que solicitado, as informações ou esclarecimentos sobre o fornecimento dos produtos;



**3.9** Substituir, as dispensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de produtos empregados;

**3.10** No ato da entrega, a Contratada, deverá apresentar ao setor competente, a Nota Fiscal correspondente ao fornecimento dos produtos, comprovado pela “Ordem de Fornecimento”, informando no campo de observações da Nota Fiscal, o numero da Ordem a que se refere, a qual será atestada por servidor designado pela Contratante;

**3.11** Comunicar, por escrito e imediatamente, ao gestor do contrato, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento do material, nas condições pactuadas.

#### **4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**4.1** Proporcionar todas as facilidades para que a(s) empresa(s) vencedora(s) possa(m) cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de fornecimento;

**4.2** Rejeitar os produtos entregues em desacordo com as descrições contidas no Anexo Único e pela proposta de preços da empresa;

**4.3** Conferir cuidadosamente os volumes, conferindo pelas quantidades contidas na nota fiscal;

**4.4** Atestar nota fiscal após conferir os produtos verificando se está de acordo com a especificação e quantidades, contidas na Ordem de Fornecimento a conformidade quanto às especificações e quantidades;

**4.5** Efetuar pagamento através de memorando de sub-empenho após tramites legais, dos produtos recebidos.

#### **5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1** A mercadoria será recebida pelo setor do Almoxarifado da respectiva Secretaria solicitante após 10 (dez) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento, devendo ser conferido todos os produtos em conformidade com a especificações, quantidades e qualidades.

**5.2** A nota fiscal será atestada se a mercadoria entregue estiver em conformidade com a descrição da Ordem de Fornecimento;

**5.3** A mercadoria que não estiver em conformidade com as especificações e quantidades, a empresa será comunicada por escrito, para realizar as devidas correções ou devoluções se assim for necessário.

#### **6. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor máximo da contratação é de **R\$ 1.749.819,11** (um milhão setecentos e quarenta e nove mil oitocentos e dezenove reais e onze centavos) conforme planilha de preço médio parte deste T.R.

#### **7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A dotação orçamentária e as fontes dos recursos financeiros para a cobertura das despesas serão realizadas pelas Secretarias envolvidas conforme dotação orçamentária. O preço médio da aquisição dos materiais será de acordo com a planilha do Anexo Único.



	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
1	Secretaria de Administração	Órgão: 04 Unid: 01- Proj. Ativ: 1110 Elemento: 44.90.52	
2	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	Órgão: 03 Unid: 01 Proj. Ativ: 1900 Elemento: 44.90.52	
3	Secretaria de Cultura e Esportes	Órgão: 07- Unid: 01 Proj. Ativ: 1220 Elemento: 44.90.52	
4	Secretaria de Obras	Órgão: 12 Unid: 01- Proj. Ativ: 1152 Elemento: 44.90.52	
5	Secretaria de Serviços Públicos	Órgão: 01- Unid: 01- Proj. Ativ: 1520 Elemento: 44.90.52	
6	Secretaria de Finanças	Órgão: 05- Unid: 03- Proj. Ativ: 1552 Elemento: 44.90.52	
7	Secretaria de Desenvolvimento Rural	Órgão: 10 Unid: 01 Proj. Ativ: 2026 Elemento: 44.90.52	
8	Secretaria de Desenvolvimento Econômico ciência e Tecnologia	Órgão: 11 Unid: 01 Proj. Ativ: 1300 Elemento: 44.90.52	
9	Secretaria de Educação	Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1162 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 0116 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1200 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1245 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 03 Unid: 04 Proj. Ativ: 1166 Elemento: 44.90.52	
10	Secretaria de Desenvolvimento Social	Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1161 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1125 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1244 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1121 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1122 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1275 Elemento: 44.90.52	
		Órgão: 02 Unid: 01 Proj. Ativ: 1141 Elemento: 44.90.52	
11	Secretaria de Saúde	Projeto/Atividade: 1180 Elemento: 4.4.90.52.00 Fonte: 1211	Projeto/Atividade: 1178 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1211
		Projeto/Atividade: 1180 Elemento: 4.4.90.52.00 Fonte: 1215	Projeto/Atividade: 1178 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215
		Projeto/Atividade: 1210 Elemento: 4.4.90.52	Projeto/Atividade: 0174 Elemento: 449052



		Fonte: 1211	Fonte: 1211
		Projeto/Atividade: 1210 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215	Projeto/Atividade: 0174 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215
		Projeto/Atividade: 1176 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1211	Projeto/Atividade: 0190 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1211
		Projeto/Atividade: 1176 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215	Projeto/Atividade: 0190 Elemento: 4.4.90.52 Fonte: 1215

### ANEXO ÚNICO AO TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	V. UNIT	VALOR TOTAL
1	<b>CADEIRA - TIPO LONGARINA</b> , BASE FIXA, SEM RODIZIO, COM 95,00CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACOS, ASSENTO EM MADEIRA COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 49,00X49,00CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM MADEIRA COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 46,00X48,00CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COM 03 LUGARES, COR PRETA.	UNIDADE	46	R\$ 416,33	R\$ 19.151,18
2	<b>CADEIRA - TIPO LONGARINA</b> , BASE EM AÇO, SEM RODIZIO, COM 96,00 CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACO, ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 53,00X48,00 CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 53,00X52,00 CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, <b>COM 05 LUGARES</b>	UNIDADE	12	R\$ 1.018,50	R\$ 12.222,00
3	<b>CADEIRA - TIPO FIXA</b> , BASE FIXA EM ACO, SEM RODIZIO, COM 78,00CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACO, ASSENTO EM MDF E ESPUMA DE POLIURETANO, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 43,00X40,00CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM MDF E ESPUMA DE POLIURETANO, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 29,00X35,00CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COR PRETA.	UNIDADE	217	R\$ 165,41	R\$ 35.893,97



4	<b>CADEIRA - TIPO FIXA</b> , BASE EM ACO, SEM RODIZIO, COM 80,00 CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACOS, ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 46,50X39,50 CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 46,00X24,5 CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, EMPELHÁVEL, COR PRETA.	UNIDADE	444	R\$ 97,17	R\$ 43.143,48
5	<b>CADEIRA - TIPO GIRATORIA</b> , BASE MOVEL EM ACO, COM RODIZIOS, COM ALTURA AJUSTAVEL, COM BRACOS, ASSENTO EM POLIPROPILENO E ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO ECOLOGICO, MEDINDO 470,00X420,00MM (LXP), ASSENTO COM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 460,00X330,00MM (LXP), ENCOSTO COM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, COR PRETA.	UNIDADE	253	R\$ 257,33	R\$ 65.104,49
6	<b>CADEIRA - TIPO DIRETOR</b> , BASE GIRATORIA, COM RODIZIO, COM 1,06M DE ALTURA TOTAL, BRACOS AJUSTAVEIS, ASSENTO EM MADEIRA COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 61,00X66,00CM (LXP), COM REGULAGEM, ENCOSTO EM MADEIRA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 46,00X45,00CM (LXP), COM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%	UNIDADE	76	R\$ 757,30	R\$ 57.554,80
7	<b>MESA - TIPO ESTACAO DE TRABALHO, ESTRUTURA EM MDP, FORMATO EM L</b> , TAMPO EM MDP, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, FORMATO EM L, MEDINDO 140,00X140,00X60,00X60,00X74,00 CM(L1XL2XP1XP2XA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%	UNIDADE	44	R\$ 590,50	R\$ 25.982,00
8	<b>MESA - TIPO ESTACAO DE TRABALHO, ESTRUTURA EM MDP, FORMATO EM L</b> , TAMPO EM MDP, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, FORMATO EM L, MEDINDO 150,00X150,00X60,00X60,00X74,00 CM (L1XL2XP1XP2XA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COM <b>GAVETA DUPLA COM CHAVE.</b>	UNIDADE	50	R\$ 558,13	R\$ 27.906,50



9	MESA - TIPO ESCRITORIO, ESTRUTURA EM ACO, FORMATO RETANGULAR, TAMPO EM BLOCO DE MADEIRA Prensada 15MM, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO MEDINDO 120,00X60,00X75,00CM (LXPXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COM 2 GAVETAS	UNIDADE	188	R\$ 317,00	R\$ 59.596,00
10	ARMARIO - TIPO FIXO, EM ACO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 120,00X198,00X45,00CM (LXAXP), DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, COM 2 PORTAS, COM 4 PRATELEIRAS, SEM GAVETAS, PINTURA EPOXI PO ELETROSTATICA.	UNIDADE	268	R\$ 553,00	R\$ 148.204,00
11	ARMARIO - TIPO ARQUIVO, EM ACO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 155,00X48,00X72,00CM (AXPXL), DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, SEM PORTAS, SEM PRATELEIRAS, COM 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA, PINTURA EPOXI PO ELETROSTATICA	UNIDADE	129	R\$ 693,00	R\$ 89.397,00
12	ARMARIO - TIPO ESTANTE, EM ACO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 92,00X198,00X30,00CM (LXAXP), DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, SEM PORTAS, COM 6 PRATELEIRAS MOVEIS EM ACO, SEM GAVETA.	UNIDADE	150	R\$ 359,01	R\$ 53.851,50
13	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 9.000 BTU/H, ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 15,1 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL	UNIDADE	49	R\$ 1.425,67	R\$ 69.857,83
14	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 12.000 BTU/H,ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 19,6 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL	UNIDADE	56	R\$ 1.816,33	R\$ 101.714,48
15	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 18.000 BTU/H,ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 34,0 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL	UNIDADE	92	R\$ 2.774,33	R\$ 255.238,36



16	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE <b>24.000 BTU/H</b> ,ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 45,4 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL	UNIDADE	71	R\$ 3.113,32	R\$ 221.045,72
17	<b>VENTILADOR - TIPO DE COLUNA</b> , DE ACO, MEDINDO <2,10>M DE ALTURA OSCILANTE, GRADE PROTETORA, 3 PAS DE ACO, 65 CM DE DIAMETRO, NA VOLTAGEM <b>110/220 V</b>	UNIDADE	99	R\$ 252,93	R\$ 25.040,07
18	<b>VENTILADOR - DE PAREDE</b> , OSCILANTE, E GRADE PROTETORA NIQUELADA, 03 PAS DE PLASTICO, MEDINDO 65 CM DE DIAMETRO, COM 3 VELOCIDADES E 1450 RPM, NA VOLTAGEM <b>110/220 V</b>	UNIDADE	233	R\$ 233,91	R\$ 54.501,03
19	<b>FOGAO - TIPO CONVENCIONAL</b> , COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, ALIMENTACAO A GAS/FUNIONAMENTO ELETRICO - <b>220 V, COM 04 BOCAS</b> , QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMATICO, FORNO AUTO LIMPANTE, VIDRO DUPLO TEMPERADO COM TRAVA DE SEGURANCA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, TERMOSTATO, COM GRILL, PROTECAO TRASEIRA, CONTENDO PES NIVELADORES, O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS NBR DE SEGURANCA, PRAZO DE GARANTIA 12 MESES E MANUAL DE INSTRUcoes	UNIDADE	15	R\$ 757,30	R\$ 11.359,50
20	<b>FOGAO INDUSTRIAL</b> - EM ACO INOXIDAVEL 304 18/8, A GAS, <b>06 BOCAS</b> REFORCADA ALTA PRESSAO, MEDINDO(30X30)CM, REFORCADO, SEM REGISTRO, SEM FORNO,COM PRATELEIRAS INFERIORES GRADEADAS, TOTALMENTE EM ACO INOXIDAVEL 304 18/8, MEDINDO(100 DE COMPRIMENTO X 100 DE LARGURA X 85 DE ALTURA)CM, GARANTIA DE 12 MESES	UNIDADE	17	R\$ 1.177,87	R\$ 20.023,79



21	<b>FOGÃO PROFISSIONAL, A GÁS, 2 BOCAS,</b> QUANTIDADE DE MANIPULADORES DE GÁS 4, COR: CINZA, TIPO: INDUSTRIAL, MATERIAL DO CORPO: AÇO CARBONO, MATERIAL DA MESA: ESMALTADA, MATERIAL DAS GRELHAS: FERRO FUNDIDO, MATERIAL DOS QUEIMADORES: FERRO FUNDIDO, MATERIAL DO QUEIMADOR INTERNO: COBRE, ACABAMENTO DA BASE: FOSFATIZADA, ACABAMENTO DO CORPO: PINTURA A PÓ, FORMATO DAS GRELHAS: REDONDAS, TIPO DE QUEIMADORES: CHAMA TRIPLA, SISTEMA DE LIMPEZA: EASY CLEAN, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 70 X 83 X 40 CM (A X L X P).	UNIDADE	7	R\$ 618,04	R\$ 4.326,28
22	<b>LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMESTICO,</b> COM REGULAGEM PARA 3 VELOCIDADES, CAPACIDADE DE 1,5L, COM COPO DE PLASTICO,NA VOLTAGEM 220V,ACONDICIONADO EM AMBALAGEM ADEQUADA E GARANTIA DE12 MESES	UNIDADE	37	R\$ 141,50	R\$ 5.235,50
23	<b>LIQUIDIFICADOR - MODELO INDUSTRIAL,</b> VELOCIDADE UNICA, COPO EM INOX, COM CAPACIDADE PARA 10 L, NA VOLTAGEM 110/220 V	UNIDADE	31	R\$ 817,37	R\$ 25.338,47
24	<b>FREEZER - COM CAPACIDADE PARA 500 L</b> (APROXIMADAMENTE), NA VOLTAGEM 220 V, TIPO COMERCIAL/HORIZONTAL, COM 01 COMPARTIMENTO - 02 TAMPAS	UNIDADE	23	R\$ 3.063,21	R\$ 70.453,83
25	<b>REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 460 L,</b> MODELO DUPLEX, NA COR BRANCA, PARA USO DOMESTICO, NA VOLTAGEM DE 220V	UNIDADE	25	R\$ 3.463,33	R\$ 86.583,25
26	<b>REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 240 L,</b> COM DEGELO PRÁTICO E COM CONTROLADOR DE TEMPERATURA EXTERNA.NA COR BRANCA, PARA USO DOMESTICO, NA VOLTAGEM DE 110/220V.	UNIDADE	28	R\$ 1.580,29	R\$ 44.248,12
27	<b>BEBEDOURO - TIPO COLUNA, PARA GARRAFOES DE 20 LITROS,220 VOLTS,</b> CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE ATE 3,5 L/H, RESERVATORIO DE AGUA COM SERPENTINA E CAPACIDADE PARA ARMAZENAR ATE 2,2 L DE AGUA,TERMOSTATO FRONTAL,BANDEJA DE AGUA REMOVIVEL,COM 02 TORNEIRAS DESMONTAVEIS DO TIPO ALAVANCA PARA AGUA GELADA E NATURAL,GABINETE EM ACO INOX, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM 01 ANO DE GARANTIA.	UNIDADE	112	R\$ 550,77	R\$ 61.686,24





28	LAVADORA ALTA PRESSÃO E ASPIRADOR SÓLIDOS E LÍQUIDOS 2 EM 1. POTÊNCIA (W): LAVADORA 1.400 W OU SUPERIOR / ASPIRADOR 1.200 W OU SUPERIOR, 1700 LIBRAS OU SUPERIOR, COM RESERVATÓRIO DE PÓ DE 3L OU MAIS, TENSÃO (V): 220V. ACOMPANHA 1 LAVADORA ASPIRADOR. ACOMPANHA: 1 PISTOLA COM GATILHO, 1 LANÇA COM BICO AJUSTÁVEL, 1 MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO 5 M, 1 RESERVATÓRIO DE DETERGENTE, 1 FILTRO PARA ASPIRADOR, 1 TUBO FLEXÍVEL DE SUCCÃO, 2 TUBOS EXTENSORES, 1 BOCAL ESCOVA RETANGULAR, 1 BOCAL ESCOVA TRIANGULAR, 1 BOCAL PARA CANTOS, 1 BOCAL ESCOVA REDONDO E 1 BOCAL PARA ESTOFADOS. GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	6	R\$ 1.528,00	R\$ 9.168,00
29	ESCADA PLATAFORMA TREPadeira PARA UTILIZAÇÃO EM ALMOXARIFADOS, DEPÓSITOS E ENTRE OUTROS, EM CHAPA XADREZ, COM ESTRIAS ANTIDERRAPANTES, QUANTIDADE DE DEGRAUS: 3 + PLATAFORMA, COM CORRIMÃO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA: 250KG.	UNIDADE	6	R\$ 1.340,18	R\$ 8.041,08
30	ESCADA MULTIFUNCIONAL 12 DEGRAUS - ALUMÍNIO, SUPORTA 150 KG. CARACTERÍSTICAS, DOBRADIÇAS EM AÇO, 4 PARTES COM 3 DEGRAUS EM CADA PARTE, ESCADA 8 EM 1, MEDIDA DA ESCADA ABERTA: 3,39M OU SUPERIOR.	UNIDADE	6	R\$ 508,99	R\$ 3.053,94
31	ESTAÇÃO DE TRABALHO MODULAR COM 4 LUGARES, 2,40 X 1,20CM MDF COM DUAS GAVETAS, COR: CINZA.	UNIDADE	10	R\$ 3.489,67	R\$ 34.896,70
<b>Total Geral</b>					<b>R\$ 1.749.819,11</b>

Viviane dos Santos Adolfo Solano  
Secretária de Administração



**Salgueiro**  
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor  
e trabalho.

## ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

À  
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE  
Ref.: PREGÃO Nº 100/2021

Prezados Senhores,  
Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Empresa e assinatura do responsável legal)



**Salgueiro**  
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor  
e trabalho.

### **ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE  
Ref.: PREGÃO Nº 100/2021

Prezados Senhores,

Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Empresa e assinatura do responsável legal)



#### ANEXO IV - MODELO PROPOSTA DE PREÇO

**Empresa**  
**CNPJ**  
**Endereço**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE  
Ref.: PREGÃO Nº 100/2021

O objeto desta licitação é o **Registro de Preço** para eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para atender a demanda da Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Gabinete, Secretaria de Cultura e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	V. UNIT	VALOR TOTAL
1	<b>CADEIRA - TIPO LONGARINA</b> , BASE FIXA, SEM RODIZIO, COM 95,00CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACOS, ASSENTO EM MADEIRA COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 49,00X49,00CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM MADEIRA COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 46,00X48,00CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COM 03 LUGARES, COR PRETA.		UNIDADE	46		
2	<b>CADEIRA - TIPO LONGARINA</b> , BASE EM AÇO, SEM RODIZIO, COM 96,00 CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACO, ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 53,00X48,00 CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 53,00X52,00 CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, <b>COM 05 LUGARES</b>		UNIDADE	12		



3	<b>CADEIRA - TIPO FIXA</b> , BASE FIXA EM ACO, SEM RODIZIO, COM 78,00CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACO, ASSENTO EM MDF E ESPUMA DE POLIURETANO, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 43,00X40,00CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM MDF E ESPUMA DE POLIURETANO, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 29,00X35,00CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COR PRETA.		UNIDADE	217		
4	<b>CADEIRA - TIPO FIXA</b> , BASE EM ACO, SEM RODIZIO, COM 80,00 CM DE ALTURA TOTAL, SEM BRACOS, ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 46,50X39,50 CM (LXP), SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 46,00X24,5 CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, EMPELHÁVEL, COR PRETA.		UNIDADE	444		
5	<b>CADEIRA - TIPO GIRATORIA</b> , BASE MOVEL EM ACO, COM RODIZIOS, COM ALTURA AJUSTAVEL, COM BRACOS, ASSENTO EM POLIPROPILENO E ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO ECOLOGICO, MEDINDO 470,00X420,00MM (LXP), ASSENTO COM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 460,00X330,00MM (LXP), ENCOSTO COM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, COR PRETA.		UNIDADE	253		



6	<b>CADEIRA - TIPO DIRETOR, BASE GIRATORIA, COM RODIZIO, COM 1,06M DE ALTURA TOTAL, BRACOS AJUSTAVEIS, ASSENTO EM MADEIRA COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 61,00X66,00CM (LXP), COM REGULAGEM, ENCOSTO EM MADEIRA, REVESTIDO EM COURO SINTETICO, MEDINDO 46,00X45,00CM (LXP), COM REGULAGEM, DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%</b>		UNIDADE	76		
7	<b>MESA - TIPO ESTACAO DE TRABALHO, ESTRUTURA EM MDP, FORMATO EM L, TAMPO EM MDP, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, FORMATO EM L, MEDINDO 140,00X140,00X60,00X60,00X74,00 CM(L1XL2XP1XP2XA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%</b>		UNIDADE	44		
8	<b>MESA - TIPO ESTACAO DE TRABALHO, ESTRUTURA EM MDP, FORMATO EM L, TAMPO EM MDP, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, FORMATO EM L, MEDINDO 150,00X150,00X60,00X60,00X74,00 CM (L1XL2XP1XP2XA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COM GAVETA DUPLA COM CHAVE.</b>		UNIDADE	50		
9	<b>MESA - TIPO ESCRITORIO, ESTRUTURA EM ACO, FORMATO RETANGULAR, TAMPO EM BLOCO DE MADEIRA Prensada 15MM, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 120,00X60,00X75,00CM (LXPXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, COM 2 GAVETAS</b>		UNIDADE	188		
10	<b>ARMARIO - TIPO FIXO, EM ACO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 120,00X198,00X45,00CM (LXAXP), DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, COM 2 PORTAS, COM 4 PRATELEIRAS, SEM GAVETAS, PINTURA EPOXI PO ELETROSTATICA.</b>		UNIDADE	268		



11	<b>ARMARIO - TIPO ARQUIVO, EM ACO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 155,00X48,00X72,00CM (AXPXL), DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, SEM PORTAS, SEM PRATELEIRAS, COM 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPensa, PINTURA EPOXI PO ELETROSTATICA</b>		UNIDADE	129		
12	<b>ARMARIO - TIPO ESTANTE, EM ACO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 92,00X198,00X30,00CM (LXAXP), DIMENSOES COM VARIACAO DE ATE 5%, SEM PORTAS, COM 6 PRATELEIRAS MOVEIS EM ACO, SEM GAVETA.</b>		UNIDADE	150		
13	<b>CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 9.000 BTU/H, ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 15,1 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL</b>		UNIDADE	49		
14	<b>CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 12.000 BTU/H,ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 19,6 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL</b>		UNIDADE	56		
15	<b>CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 18.000 BTU/H,ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 34,0 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL</b>		UNIDADE	92		
16	<b>CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 24.000 BTU/H,ROTACAO INVERTER,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,TENSAO DE 220 V,CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA DE 45,4 KWH/MES,GAS R-410A,CLASSIFICACAO A,SELO PROCEL</b>		UNIDADE	71		



17	<b>VENTILADOR - TIPO DE COLUNA</b> , DE ACO, MEDINDO <2,10>M DE ALTURA OSCILANTE, GRADE PROTETORA, 3 PAS DE ACO, 65 CM DE DIAMETRO, NA VOLTAGEM <b>110/220 V</b>		UNIDADE	99		
18	<b>VENTILADOR - DE PAREDE</b> , OSCILANTE, E GRADE PROTETORA NIQUELADA, 03 PAS DE PLASTICO, MEDINDO 65 CM DE DIAMETRO, COM 3 VELOCIDADES E 1450 RPM, NA VOLTAGEM <b>110/220 V</b>		UNIDADE	233		
19	<b>FOGAO - TIPO CONVENCIONAL</b> , COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, ALIMENTACAO A GAS/FUNCIONAMENTO ELETRICO - <b>220 V, COM 04 BOCAS</b> , QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMATICO, FORNO AUTO LIMPANTE, VIDRO DUPLO TEMPERADO COM TRAVA DE SEGURANCA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, TERMOSTATO, COM GRILL, PROTECAO TRASEIRA, CONTENDO PES NIVELADORES, O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS NBR DE SEGURANCA, PRAZO DE GARANTIA 12 MESES E MANUAL DE INSTRUcoes		UNIDADE	15		
20	<b>FOGAO INDUSTRIAL - EM ACO INOXIDAVEL 304 18/8</b> , A GAS, <b>06 BOCAS</b> REFORCADA ALTA PRESSAO, MEDINDO(30X30)CM, REFORCADO, SEM REGISTRO, SEM FORNO,COM PRATELEIRAS INFERIORES GRADEADAS, TOTALMENTE EM ACO INOXIDAVEL 304 18/8, MEDINDO(100 DE COMPRIMENTO X 100 DE LARGURA X 85 DE ALTURA)CM, GARANTIA DE 12 MESES		UNIDADE	17		





21	<b>FOGÃO PROFISSIONAL, A GÁS, 2 BOCAS,</b> QUANTIDADE DE MANIPULADORES DE GÁS 4, COR: CINZA, TIPO: INDUSTRIAL, MATERIAL DO CORPO: AÇO CARBONO, MATERIAL DA MESA: ESMALTADA, MATERIAL DAS GRELHAS: FERRO FUNDIDO, MATERIAL DOS QUEIMADORES: FERRO FUNDIDO, MATERIAL DO QUEIMADOR INTERNO: COBRE, ACABAMENTO DA BASE: FOSFATIZADA, ACABAMENTO DO CORPO: PINTURA A PÓ, FORMATO DAS GRELHAS: REDONDAS, TIPO DE QUEIMADORES: CHAMA TRIPLA, SISTEMA DE LIMPEZA: EASY CLEAN, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 70 X 83 X 40 CM (A X L X P).		UNIDADE	7		
22	<b>LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMESTICO,</b> COM REGULAGEM PARA 3 VELOCIDADES, CAPACIDADE DE 1,5L, COM COPO DE PLASTICO, NA VOLTAGEM 220V, ACONDICIONADO EM AMBALAGEM ADEQUADA E GARANTIA DE 12 MESES		UNIDADE	37		
23	<b>LIQUIDIFICADOR - MODELO INDUSTRIAL,</b> VELOCIDADE UNICA, COPO EM INOX, COM CAPACIDADE PARA 10 L, NA VOLTAGEM 110/220 V		UNIDADE	31		
24	<b>FREEZER - COM CAPACIDADE PARA 500 L</b> (APROXIMADAMENTE), NA VOLTAGEM 220 V, TIPO COMERCIAL/HORIZONTAL, COM 01 COMPARTIMENTO - 02 TAMPAS		UNIDADE	23		
25	<b>REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 460 L,</b> MODELO DUPLEX, NA COR BRANCA, PARA USO DOMESTICO, NA VOLTAGEM DE 220V		UNIDADE	25		
26	<b>REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 240 L,</b> COM DEGELO PRÁTICO E COM CONTROLADOR DE TEMPERATURA EXTERNA. NA COR BRANCA, PARA USO DOMESTICO, NA VOLTAGEM DE 110/220V.		UNIDADE	28		



27	<b>BEBEDOURO - TIPO COLUNA, PARA GARRAFOES DE 20 LITROS, 220 VOLTS, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE ATÉ 3,5 L/H, RESERVATORIO DE AGUA COM SERPENTINA E CAPACIDADE PARA ARMAZENAR ATÉ 2,2 L DE AGUA, TERMOSTATO FRONTAL, BANDEJA DE AGUA REMOVIVEL, COM 02 TORNEIRAS DESMONTAVEIS DO TIPO ALAVANCA PARA AGUA GELADA E NATURAL, GABINETE EM AÇO INOX, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM 01 ANO DE GARANTIA.</b>		UNIDADE	112		
28	<b>LAVADORA ALTA PRESSÃO E ASPIRADOR SÓLIDOS E LÍQUIDOS 2 EM 1. POTÊNCIA (W): LAVADORA 1.400 W OU SUPERIOR / ASPIRADOR 1.200 W OU SUPERIOR, 1700 LIBRAS OU SUPERIOR, COM RESERVATÓRIO DE PÓ DE 3L OU MAIS, TENSÃO (V): 220V. ACOMPANHA 1 LAVADORA ASPIRADOR. ACOMPANHA: 1 PISTOLA COM GATILHO, 1 LANÇA COM BICO AJUSTÁVEL, 1 MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO 5 M, 1 RESERVATÓRIO DE DETERGENTE, 1 FILTRO PARA ASPIRADOR, 1 TUBO FLEXÍVEL DE SUÇÃO, 2 TUBOS EXTENSORES, 1 BOCAL ESCOVA RETANGULAR, 1 BOCAL ESCOVA TRIANGULAR, 1 BOCAL PARA CANTOS, 1 BOCAL ESCOVA REDONDO E 1 BOCAL PARA ESTOFADOS. GARANTIA DE 12 MESES.</b>		UNIDADE	6		
29	<b>ESCADA PLATAFORMA TREPadeira PARA UTILIZAÇÃO EM ALMOXARIFADOS, DEPÓSITOS E ENTRE OUTROS, EM CHAPA XADREZ, COM ESTRIAS ANTIDERRAPANTES, QUANTIDADE DE DEGRAUS: 3 + PLATAFORMA, COM CORRIMÃO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA: 250KG.</b>		UNIDADE	6		



30	<b>ESCADA MULTIFUNCIONAL 12 DEGRAUS – ALUMÍNIO, SUPORTA 150 KG. CARACTERÍSTICAS, DOBRADIÇAS EM AÇO, 4 PARTES COM 3 DEGRAUS EM CADA PARTE, ESCADA 8 EM 1, MEDIDA DA ESCADA ABERTA: 3,39M OU SUPERIOR.</b>		UNIDADE	6		
31	<b>ESTAÇÃO DE TRABALHO MODULAR COM 4 LUGARES, 2,40 X 1,20CM MDF COM DUAS GAVETAS, COR: CINZA.</b>		UNIDADE	10		
					<b>Total Geral</b>	

**Valor da Proposta R\$:**

**Proposta Valida por 60 dias**

**Incluindo Impostos previstos em Lei**

**Nome completo do responsável pela assinatura do contrato:**

**CPF:**

**RG:**

**Endereço completo:**

**Dados bancários da empresa:**

XXXXXXXXXX-XX, XX de XXXXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e carimbo da Licitante**



## V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° \_\_\_\_/2021

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER VÁRIAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO E \_\_\_\_\_, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO N° 163/2021, PREGÃO ELETRÔNICO N° 100/2021.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento que entre si celebram, de um lado o Município de Salgueiro/PE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 11.361.243/0001-71, com sede na Rua Joaquim Sampaio, 279, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário (a) xxxx, brasileiro (a), casado (a), profissão, portador do CPF: xxx e do outro lado Empresa \_\_\_\_\_, empresa legalmente constituída, cadastrada no CNPJ: \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, empresário, portador do CPF n° \_\_\_\_\_ e da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_-SSP-PE, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, aqui denominado CONTRATADA. Considerando o disposto nas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas pertinentes, e a homologação do Processo Licitatório, Pregão, publicada no Diário Oficial, têm entre si justo e acordado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui o objeto desta licitação é a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para atender a demanda da Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Gabinete, Secretaria de Cultura e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme termos de Referência.

### CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR

Pelo objeto do presente instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme disposto na proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo único. No valor contratual estão inclusas todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Conforme Edital do Processo Licitatório 163/2021 - Pregão Eletrônico 100/2021.

Parágrafo único. Em decorrência da vigência dos créditos orçamentários, o CONTRATANTE obrigar-se-á a emitir o empenho suplementar no exercício de 2021.

### CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E FORMAS DE ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá executar o fornecimento e atender às seguintes condições:

§1º- Os produtos, objeto do fornecimento deste pregão deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração, conforme solicitação desta, em horário previamente agendado na Secretaria, no prazo máximo de 10



(dez) dias, contados da solicitação oficial, a partir da assinatura do contrato e/ou emissão do empenho, devidamente acompanhados da Nota Fiscal.

§2º- Fornecer os produtos, com embalagens fechadas sem avarias ou qualquer dano que prejudique a sua conservação.

§3º- Prestar serviço de assistência técnica gratuita, reparar e corrigir, durante o prazo de vigência da garantia, o produto que apresentar vícios, sem ônus para a Administração Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

§4º- Durante o prazo de vigência da validade do produto que apresentar vícios ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para a Administração Municipal, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis.

§5º- A Licitante vencedora obriga-se a fornecer os produtos objeto deste PREGÃO, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I e V deste Edital e na Proposta Financeira apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência pelo período, a partir da sua assinatura, de 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado de acordo com a legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O objeto será recebido:

I - provisoriamente, pelo **Setor de Compras da Secretaria de Administração**, para verificação da conformidade com as especificações;

II - definitivamente, por servidor nomeado pela **Secretaria de Administração**, após conferência e verificação da conformidade do material entregue, com as especificações e quantidades constantes na proposta apresentada, e sua conseqüente aceitação.

§ 1º No caso de se constatarem irregularidades no Fornecimento dos serviços, a CONTRATADA será notificada para saná-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 8.666/93 respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

§ 3º Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da juntada dos seguintes documentos:

I - nota fiscal original da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado por Servidora da CONTRATANTE;

I - certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, FGTS e INSS;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/11;

§ 1º Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

§ 2º O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

§ 3º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e pagamento sejam efetuados exclusivamente em favor da CONTRATADA.

§ 4º O crédito se dará por meio de Ordem Bancária com depósito em conta corrente da



CONTRATADA.

§ 5º O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, se a execução não estiver de acordo com as especificações dispostas neste contrato e no Edital.

§ 6º O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

§ 7º Com fundamento no artigo 65, §5º, da Lei Federal nº 8.666/93, quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA OITAVA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.**

A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

I - cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas e nas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02;

II - manter, durante o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão 100/2021;

III - fornecer o objeto contratado de acordo com as especificações e prazo exigidas no Edital do Pregão nº 100/2021;

IV - responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA;

V - executar o fornecimento de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, correndo por sua conta todas as despesas com tributos, taxas, encargos sociais, seguro e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços;

VI - arcar com as despesas de transporte de equipes da execução do fornecimento aos endereços indicados pelo CONTRATANTE;

VII - indicar formalmente preposto, visando a representá-la, perante o CONTRATANTE durante a execução do presente contrato;

VIII - responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus representantes, inclusive por omissão destes, a agentes públicos ou a terceiros, nas dependências do CONTRATANTE;

IX - Sanar dúvidas, erros ou divergências do exigido no Edital do Pregão nº 100/2021, ou que desatenderem às especificações do objeto, sempre que necessário, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do chamado da responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual da CONTRATANTE;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

I - pagar as faturas decorrentes da obrigação contratual avençada;

II - encaminhar ao preposto da CONTRATADA as requisições para a execução contratual;

III - acompanhar e fiscalizar a boa execução do Fornecimento e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive às penalidades contratuais e legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério



exijam medidas corretivas;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;

V - publicar o extrato deste contrato no Diário Oficial;

VI - receber provisória e definitivamente o objeto do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES**

O cometimento de irregularidades no Fornecimento do contrato administrativo sujeitará a CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02.

§ 1º As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I – multa, observados os seguintes limites máximos:

a) pelo atraso na execução do Fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem não entregue;

b) pela recusa em realizar a Fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem;

c) pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas da Fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem não substituído/corrigido;

d) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no Fornecimento, entendendo-se como recusa a Fornecimento não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do objeto rejeitados;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nos 8.666/93, 10.520/2002 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratual, para cada evento;

II - impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Salgueiro, Estado de Pernambuco e descredenciamento do sistema de cadastro municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 2º A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

I – atraso injustificado na execução do contrato;

II – inexecução total ou parcial do contrato.

§ 3º O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.

§ 4º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

§ 5º O valor correspondente à multa será descontado da garantia prestada, retido dos pagamentos subseqüentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.

§ 6º Objetivando evitar dano ao Erário, a Prefeitura poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

§ 7º As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

§ 8º Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A rescisão deste contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos; ou



II - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada; ou

III - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

§ 3º A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do CONTRATANTE.

§ 4º A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA**

Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital de Pregão nº 100/2021, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

§ 1º A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão nº 100/2021;

§ 2º Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais nos 8.666/93, 10.520/02 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTAGEM DOS PRAZOS**

Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÕES**

Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICIDADE DOS ATOS**

Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário Oficial do Município (AMUPE) seguinte a sua assinatura.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TERMO ADITIVO**

Qualquer medida que implique alteração dos direitos/obrigações, aqui pactuados só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será obrigatoriamente ratificada por termo aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TOLERÂNCIAS**

Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

Para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca deste município de Salgueiro, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 3





**Salgueiro**  
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor  
e trabalho.

(três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Salgueiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

**SECRETÁRIO (A)**  
**CONTRATANTE**

---

*[ inserir razão social da empresa ]*  
*[ inserir representante legal da empresa ]*  
**CONTRATADA**



**ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP 100/2021**  
**PROCESSO LICITATÓRIO 163/2021**

A **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede ..... — **Salgueiro – PE**, – inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Secretário (a) xxxxx, brasileiro (a), casado (a), profissão, portador do CPF:; sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado na Rua ..... nº xx ....., Salgueiro-PE, e do outro lado a empresa....., CNPJ nº ..., com sede à ..., Conta nº .., Banco .., Ag. ..., adjudicatária do fornecimento abaixo indicado no **Processo licitatório nº 163/2021 - Pregão Eletrônico nº 100/2021**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., CPF nº .., CI nº..., residente à ....., doravante denominada **FORNECEDOR (A)**, têm entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, além de, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores e alterações posteriores, 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2007, 147/2012, Decreto 8.538/2014, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e as seguintes:

**OBJETO – Registro de Preço** para eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para atender a demanda da Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Gabinete, Secretaria de Cultura e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social, de acordo com especificações constantes no edital, termo de Referência e seus anexos.

**PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – prazo de 12 (doze) meses, a contar do **ATO HOMOLOGATÓRIO** do certame, ocorrido em .../.../...

**CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** – A Prefeitura Municipal, não se obriga a firmar contratações que poderão advir desta Ata, ressalvada à **FORNECEDORA** a preferência em igualdade de condições, na hipótese da Prefeitura Municipal utilizar-se de outros meios para contratação. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa, a qual deverá ser retirada pela **FORNECEDORA** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação feita pelo Setor responsável. O **CONTRATADO** poderá, com anuência escrita da **CONTRATANTE**, subcontratar parcial com terceiros, o fornecimento objeto desta Licitação.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias subsequentes ao **fornecimento** e após nota fiscal devidamente atestada por servidor competente designado pela Prefeitura Municipal. O recibo comprovante da entrega deverá ser encaminhado ao seu Setor Financeiro, para emissão de empenho acompanhada da documentação necessária para que seja efetuado o pagamento. O recibo comprovante da execução do fornecimento deverá ser encaminhado ao Setor Financeiro da Prefeitura Municipal, para emissão de empenho acompanhada dos seguintes documentos atualizados: I - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (Certidão Negativa de Débito - CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu art. 195, §3º; II - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF); III – Prova de Regularidade referente a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil; IV -Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal; V – Certidão Negativa de débitos de Tributos e Contribuições Municipais expedida pela sede do domicílio da empresa contratada; VI - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT**- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à **PRESTADORA** para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. O pagamento somente será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da



parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ ; Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de atualização financeira = 0,0029644, assim apurado:  $I = (TX/100)$   $I = (6/100)$   $I = 0,0029644365$  365 TX = Percentual da taxa anual = 6%. A atualização financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência. Constituem, também, encargos da **CONTRATANTE**, os decorrentes de multas e correções incidentes sobre recolhimentos de encargos fiscais e previdenciários em atraso, até o primeiro dia útil do pagamento da fatura do fornecimento, em razão de atrasos na quitação da fatura, pelo **CONTRATANTE**.

**ALTERAÇÃO DA ATA** - Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na legislação pertinente.

**REVISÃO DE PREÇOS** - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais, cabendo a Prefeitura Municipal promover a necessária negociação junto à **FORNECEDORA**. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado a Prefeitura Municipal deverá: convocar a **FORNECEDORA** visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, a **FORNECEDORA** **será liberada do compromisso assumido; e convocar os demais FORNECEDORES** visando igual oportunidade de negociação. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a **FORNECEDORA**, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá liberar a **FORNECEDORA** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento dos materiais; e convocar as demais **FORNECEDORAS** visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal poderá proceder ao cancelamento do registro do prestador, quando for o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA** – Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras condições desta Ata, obriga-se ainda, a **FORNECEDORA**: 1) Executar o fornecimento conforme especificações elencadas neste edital; 1.1) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias, os fornecimentos efetuados em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração; 2) Executar os fornecimentos objeto desta ATA ora pactuado, rigorosamente de acordo com as especificações e quantitativos especificados na sua proposta; 3) Caso haja interrupção ou atraso no início da execução dos fornecimentos, a **CONTRATADA** entregará justificativa escrita em até 24 horas contadas do prazo do início. A justificativa será analisada pela **CONTRATANTE** que tomará as providências necessárias para adequação dos materiais; O fornecimento será fiscalizado somente por pessoa credenciada pela **CONTRATANTE**, que procederá a conferência com base nas especificações do edital. Caso os materiais estejam de acordo com o solicitado, a nota fiscal será atestada; Todas as despesas relativas ao fornecimento, tais como fretes e/ou transportes, correrão às custas exclusivamente da **FORNECEDORA**; 4) Indicar na nota fiscal/fatura a descrição dos materiais; 5) Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercidos pela Prefeitura Municipal; 6) Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre a Ata, bem como as necessárias para a completa execução da mesma, exceto a publicação do seu extrato que será providenciada pela Prefeitura Municipal; 7) Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento objeto desta Ata; 8) Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 9) Executar o fornecimento objeto desta ATA, em conformidade com as especificações descritas no Anexo III do Edital e na sua Proposta Financeira apresentada. 10) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do fornecimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** - a: 1) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento objeto desta ata, de modo a garantir o fiel cumprimento da mesma, do instrumento convocatório da licitação e da proposta; 2)



Efetuar o pagamento devido no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, abatidas às multas, se houver; 3) Providenciar a publicação resumida da Ata e seus aditamentos, por extrato, no site do Diário Oficial do Município, <http://www.diariomunicipal.com.br/amupe> e demais meios da imprensa oficial se necessário; 4) Manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual estará toda a documentação a ele referente.

**GERENCIAMENTO DA ATA** – o gerenciamento compreende o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata e será exercido pela Prefeitura Municipal.

**CANCELAMENTO DE REGISTRO – A FORNECEDORA** terá seu registro cancelado pela Prefeitura Municipal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos: a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da comunicação efetivada pela Prefeitura Municipal, sem justificativa aceitável; c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado; e d) tiver presentes razões de interesse público. **A FORNECEDORA** poderá requisitar, por escrito, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**PENALIDADES ADMINISTRATIVAS** – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da **ATA**, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais; Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial da ATA e o descumprimento de qualquer condição prevista neste Edital, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades: I – Advertência; II – Multa na forma estabelecida no subitem 20.2 do edital; III – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos; IV – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no inciso II, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a Prefeitura Municipal em perdas e danos, por I – Atraso na execução: 0,2% (dois décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor global da proposta; II – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta; III – Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar e/ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido: 10% (dez por cento) do valor global da proposta. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; A adjudicatária ficará sujeita, ainda, às penalidades referidas nos incisos I e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, no que couber; Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no site do Diário Oficial do Município, <http://www.diariomunicipal.com.br/amupe> e demais meios da imprensa oficial se necessário; exceto quando se tratar de advertência e ou multa. **FORO** - O Foro da Comarca de Salgueiro, Estado de Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**DISPOSIÇÕES FINAIS** – A Prefeitura Municipal cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e nesta Ata. Se qualquer das partes relevarem alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Integra esta Ata, o **Processo licitatório nº 163/2021 - Edital de Pregão Eletrônico nº 100/2021 e a proposta da FORNECEDORA** para todos os fins de direito, independente de transcrição e lhe são anexos. Compete a Prefeitura Municipal dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes



**Salgueiro**  
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor  
e trabalho.

desta Ata. E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 04 (quatro) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Salgueiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Secretário (a)  
CONTRATANTE

---

[inserir razão social da empresa]  
[inserir representante legal da empresa]  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---

CPF:

---

CPF: